RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quarta-Feira, 18 de Novembro de 2026

Pesquisa Quaest: 67% dos brasileiros acreditam que governo cobraria taxa sobre PIX

DESCONFIANÇA

g1

Pesquisa Quaest divulgada nesta sexta-feira (17) aponta que **67% dos brasileiros** acreditam que o governo cobraria uma taxa sobre operações financeiras por meio do PIX, o que não é verdade. Segundo o diretor da Quaest, Felipe Nunes, nos primeiros 16 dias de 2025, o assunto movimentou mais de 5 milhões de menções nas redes sociais e fez o governo revogar o ato sobre a fiscalização do meio de pagamento.

Dos entrevistados pela Quaest, **17% não acreditam que o governo cobraria** imposto sobre o PIX e **16% afirmaram não saber do assunto**.

Entre os brasileiros que tomaram conhecimento da notícia, **68% ficaram sabendo que o Governo Federal desmentiu a informação falsa** e **31% não ficaram sabendo**. Sobre a revogação da fiscalização, **55% disseram que ficaram sabendo** e **45% disseram que não ficaram sabendo**.

O levantamento mostrou também que 88% dos entrevistados souberam das mudanças nas normas de fiscalização do PIX e 87% afirmam que ouviram a informação de que o governo federal cobraria taxa em movimentações via PIX.

A Quaest ouviu 1,2 mil pessoas entre os dias 15 e 17 de janeiro e os monitoramentos foram feitos levando em consideração dados coletados entre 1º e 16 de janeiro, às 15h.

As mudanças nas regras da Receita monitorariam movimentações via PIX acima de R$ 5 mil por mês, no caso de pessoas físicas, e R$ 15 mil mensais, no caso de pessoas jurídicas. E incluía nesse monitoramento das "instituições de pagamento" — que ofertam o serviço das "maquininhas", por exemplo.

Segundo a Receita, várias modalidades de pagamento — como cartão de crédito e depósitos — já eram monitoradas quando os valores excediam em R$ 2 mil para pessoa física e R$ 6 mil no caso de pessoa jurídica.

"Foi um erro de timing, de tática e de diagnóstico do governo", diz Felipe Nunes, diretor da Quaest. Segundo ele, o governo só agiu após 5 milhões de menções sobre o PIX. "Em rede social, a resposta deveria ter sido dada em 24h".

Segundo ele, "o governo demorou a compreender o que estava acontecendo e entrou atrasado no assunto". "Foi em setembro que a medida foi anunciada pela Fazenda. O governo teve tempo. Quando o assunto esquentou nas redes com o vídeo do Senador Cleitinho, no dia 6 de janeiro, já era tarde. O vídeo teve 3,4 milhões de visualizações e foi o gatilho para a narrativa da oposição. A partir dali o assunto ferveu e chegou

no dia 10/01 a produzir mais de 5 milhões de menções sobre o assunto. Foi quando o governo foi lidar com o assunto, de forma protocolar."

De acordo com Nunes, para obter os dados, a Quaest uniu monitoramento de redes sociais, monitoramento de grupos de WhatsApp e pesquisa de opinião para entender a polêmica do PIX.

Revogação das regras da Receita

Na quarta-feira (15), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revogou o ato que ampliou as normas de fiscalização do PIX. O presidente Lula (PT) editou uma medida provisória na quinta-feira (16) para garantir que as transações financeiras nessa modalidade não possam ser tributadas.

O que motivou esse recuo do governo foram fake news que se espalharam sobre o PIX. De acordo com Haddad, nunca houve intenção de taxar essa modalidade de pagamento.

O governo tinha atualizado as normas de monitoramento de movimentações financeiras da Receita Federal e o PIX entraria nessas normas, como já é feito com cartões de débito e de crédito. Nas primeiras semanas do ano, uma onda de fake news foi compartilhada, afirmando que o PIX seria taxado, o que não é verdade, fazendo o governo abrir mão da atualização das regras.

Na prática, nada muda nos termos da fiscalização.